

17/11/2013

6) CIDADE

extra-globo.com Domingo, 17 de novembro de 2013

SEM ACESSIBILIDADE

Ônibus deixa cadeirante na pista

Problemas com elevadores transformam as viagens em um calvário diário

Geraldo Ribeiro
geraldo.ribeiro@extra.inf.br

► Ser cadeirante, por conta de uma poliomielite adquirida quando tinha 1 ano e 3 meses, não impediu que Viviane Macedo, de 36, moradora de Cascadura, se transformasse em bailarina e professora de dança. Ela, no entanto, gostaria de ter a mesma mobilidade que tem nos palcos na hora em que se locomove pela cidade de ônibus. Mesmo com leis que garantem acessibilidade, quem

tem dificuldade de locomoção enfrenta um calvário diário no transporte público.

Dados do Procon mostram que das 68 empresas atuadas este ano pela Operação Roleta Russa, 48 apresentavam problemas com elevador de cadeirante. Outra operação, a Leva Eu, autuou 14 empresas.

A pedido do EXTRA, Viviane fez um teste na Praça Saens Peña, na Tijuca. Dos oito ônibus parados no espaço de uma hora, ela só conseguiu

embarcar no da linha 409 (Saens Peña-Jardim Botânico), da Nossa Senhora das Graças, após sete tentativas frustradas. Mesmo assim, com dificuldade.

O elevador do veículo estava funcionando, o motorista sabia manejá-lo, mas faltava o básico: a chave para acionar o equipamento. O jeito foi o cobrador improvisar, usando a chave de casa.

— Enfrento problemas como este ao menos três vezes por semana — diz Viviane.

As dificuldades surgiram na primeira tentativa, num ônibus da linha 415 (Usina-Leblon), da Viação Alpha. A trava de segurança da prancha que serve de degrau não

funcionou. No da linha 413 (Muda-Copacabana), da mesma empresa, o motorista só conseguiu acionar o elevador após dez minutos, quando o equipamento travou. Como a porta não fechava, passageiros tiveram que embarcar em outro veículo. Outras cinco tentativas foram na linha 607 (Cascadura-Rio Comprido), da Acari. Os quatro primeiros coletivos não tinham o elevador. No quinto, o equipamento não funcionava.

Agravante para multa

► Para a presidente do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD), Teresa Amaral, o fato de os ônibus serem dotados de plataforma para cadeirantes não os torna automaticamente acessíveis.

— Nem sempre os profissionais estão treinados para utilizá-la — afirma Teresa Amaral, que propõe uma solução mais simples: a adoção de ônibus com piso rebaixado, na altura do meio-fio — Esta é a melhor alternativa.

Nem precisa do elevador e é um padrão acessível não só para cadeirantes, mas também para outras pessoas com dificuldades de locomoção, como idosos e gestantes.

Segundo o diretor de fiscalização do Procon, Fábio Domingos, elevador que não funciona é um agravante que pode elevar a multa, que vai de R\$ 480 a R\$ 7 milhões. A multa mais alta aplicada em uma empresa por problema de acessibilidade, segundo ele, foi de R\$ 555 mil. ▶

funcionou. No da linha 413 (Muda-Copacabana), da mesma empresa, o motorista só conseguiu acionar o elevador após dez minutos, quando o equipamento travou. Como a porta não fechava, passageiros tiveram que embarcar em outro veículo. Outras cinco tentativas foram na linha 607 (Cascadura-Rio Comprido), da Acari. Os quatro primeiros coletivos não tinham o elevador. No quinto, o equipamento não funcionava.



Viviane observa o elevador travado: os passageiros foram obrigados a trocar de ônibus

'Sociedade não sabe lidar com esta situação'

DEPOIMENTO

VIVIANE MACEDO
Professora e bailarina,
moradora de Cascadura

► Na segunda-feira passada, eu me atrasei duas horas para um compromisso. Os ônibus não paravam para mim. O que parou tinha um problema: o despreparo do motorista, que não sabia operar o elevador. O pior é que quando o ônibus demora a sair do ponto, por conta da necessidade de o motorista ajudar o cadeirante a subir, isso gera reclamação dos demais passageiros. Esta é a prova de que há um despreparo geral em relação ao problema, não só das empresas, mas também da sociedade, que não aprendeu a lidar com esta situação.



CENA SE REPETE
De 68 empresas atuadas, 48 apresentavam problemas com elevador

O QUE ELES DIZEM

SMTR

A Secretaria de Transportes Informou que 65% dos 8.800 ônibus que circulam na cidade têm acessibilidade. E serão 100% até dezembro de 2014. Informou ainda que parceria com o Rio Ônibus já treinou quatro mil motoristas e deve treinar outros 7.500 até o fim do mês. Além disso, faz fiscalização permanente.

RIO ÔNIBUS

O sindicato reafirma seu compromisso em garantir a acessibilidade. Por isso, vem ampliando a frota adaptada. No entanto, reconhece falhas pontuais, reparadas logo que informadas.

FETRANSPOR

Informou que 67% dos 21 mil ônibus intermunicipais são adaptados. E a manutenção dos elevadores, hidráulicos, é permanente e realizada pelas viações.

rio de janeiro

Não são poucos os vilões do cotidiano das pessoas com deficiências no Rio: calçadas com buracos, transportes sem condições e dificuldade para entrar em repartições públicas são alguns deles. Mesmo assim, a Comissão de Orçamento da Câmara decidiu ontem que a prefeitura não investirá R\$ 20 milhões por ano até 2016 em obras de adaptação de um terço dos prédios públicos municipais para deficientes.

A Câmara é exemplo do descaso com os deficientes. Cadeirantes que foram acompanhar a reunião precisam ser carregados, pela falta de rampas e o excesso de escadas. João Carlos Farias, membro do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, resumiu sua indignação citando a Constituição Federal. "É uma limitação ao nosso direito de ir e vir. É um descaso grande ter que vir à Casa do Povo e depender de outros para locomoção", protestou.

AÇÃO E MULTAS

O Rio tem 1.327 prédios públicos municipais não acessíveis, segundo o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD). A entidade venceu uma ação na Justiça, em 2009, que prevê o pagamento de multa diária para cada prédio público não adaptado. A prefeitura recorreu. O valor das multas somadas já passaria dos R\$ 17 bilhões. Segundo Teresa Amaral, superintendente do IBDD, os prédios da União e do governo do estado também estão no processo: "Mas são os prédios do município que mais afetam a população".

A emenda foi apresentada pelo vereador Alexandre Izquierdo (PMDB), que prometeu buscar hoje as 17 assinaturas necessárias para levar a emenda para discussão no plenário. "Vamos tentar também a negociação direta com o prefeito", disse Alexandre.

Jeferson Moura (PSOL) foi o único membro da Comissão — formada também pelos vereadores Prof. Uóston (PMDB) e Átila Nunes (PSL) — a votar a favor da emenda. Ele classificou a rejeição da proposta como "decisão política equivocada". "Foi um verdadeiro absurdo e faltou sensibilidade. O regimento da Câmara é conservador e prevê que duas pessoas decidam o que entra e sai do orçamento", contestou o vereador.



Portador de deficiência, que foi acompanhar votação, recebe ajuda para descer escadas na Câmara: limitação em local que devia dar exemplo

Acesso negado a deficientes, na lei e na prática

Câmara veta recursos para adaptação de prédios públicos



Deficientes foram à Câmara de Vereadores e encontraram obstáculos

Lei existe desde 2004. Só no papel

► A Lei de Acessibilidade, regulamentada em 2004, previa que todos os prédios públicos tivessem acesso "livre de obstáculos" em 13 de junho de 2007. Na prática, a determinação não funcionou. O IBDD entrou com ação na Justiça pedindo a adaptação dos prédios públicos em 2007, e saiu vencedora em 2009. A partir dali, União, estado e município tiveram um ano para adaptação, com multa diária de R\$ 10 mil por prédio sem acessibilidade. Como a determinação, de maio de 2010, não foi cumprida, o IBDD calcula que o valor das multas para prefeitura passe dos R\$ 17 bilhões.

A prefeitura afirma que todos os prédios municipais construídos desde 2009 seguem requisitos de acessibilidade. Sobre a decisão judicial, limitou-se, por nota, a informar que "há recurso em andamento".

NÚMEROS

1.327

Prédios públicos municipais que não são adaptados para pessoas com deficiência de locomoção, segundo o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD)

17 BILHÕES

Valor total de multas que teria que ser pago pela prefeitura por não adaptar os prédios públicos, de acordo com decisão judicial de 2009. A administração municipal, porém, recorreu